



INTERVIR E PRESERVAR: Ampliação de edifícios modernos como experiência no ensino de projeto

Eixo Temático 4. Teorias e práticas de intervenção no moderno

Bruno Melo Braga

Mestre pelo PPGAU+D-UFC; Professor Assistente CAU-UFC
brunobragaarq@gmail.com

Emanoel Alves Cavalcante

Graduando CAU-UFC
emanoel.cavalcante0605@gmail.com

Gabriel Guedes Ferreira de Souza

Graduando CAU-UFC
gabrielguedes@arquitetura.ufc.br

Natalia Dias Praxedes

Graduanda CAU-UFC
nataliadpraxedes@gmail.com

Resumo:

A preservação do patrimônio arquitetônico moderno no Brasil já é alvo de discussão há algum tempo. Ainda são incipientes, no entanto, medidas práticas que lidem diretamente com a preservação deste acervo sob a perspectiva da intervenção, ou seja, em sua dimensão projetual. Assim, a fim de enfrentar a dimensão prática acerca da preservação da arquitetura moderna, foi proposta uma experiência na disciplina de Projeto Arquitetônico 6, na Universidade Federal do Ceará, cujo tema trata de projetos de ampliações em significativos exemplares modernos em Fortaleza. O objetivo desse artigo é, portanto, discorrer acerca da importância do rebatimento prático e projetual das discussões acerca da preservação do patrimônio arquitetônico moderno no Brasil, em especial no âmbito do ensino de projeto, utilizando como estudo de caso a experiência de aplicação em uma disciplina de projeto arquitetônico. A estrutura do trabalho parte, inicialmente, desta questão central para, em seguida, problematizar esse tema no caso específico das ampliações dos edifícios modernos. Posteriormente, será apresentada a metodologia específica de atuação utilizada. Por último, a título de considerações finais, serão apresentados e analisados os resultados preliminares da experiência da disciplina, não como encerramento da discussão ou comprovação de um caminho ideal a ser seguido, mas como forma de ampliar a discussão sobre o tema e colocar, a partir das discussões propostas e da metodologia analítico-propositiva utilizada, possibilidades de atuação nesse sentido que visem a maior preservação das obras modernas.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna, Intervenção, Ensino de Projeto Arquitetônico.



Abstract:

The preservation of modern architectural heritage in Brazil has been under discussion for some time. Practical measures that deal directly with the preservation of this collection from the perspective of the intervention, that is, in its design dimension, are still incipient. Thus, in order to face the practical dimension regarding the preservation of modern architecture, an experiment was proposed in the discipline of Architectural Design 6, at the Federal University of Ceará, whose subject deals with projects of extensions in significant modern examples in Fortaleza. The objective of this article is to discuss the importance of the practical and design repercussions of the discussions about the preservation of the modern architectural heritage in Brazil, especially in the scope of architectural design teaching, using as a case study the experience of applying a discipline of architectural design. The structure of the work starts, initially, from this central question to then problematize this theme in the specific case of the expansions of modern buildings. Subsequently, the specific methodology used will be presented. Finally, as final considerations, the preliminary results of the discipline's experience will be presented and analyzed, not as closing the discussion or proving an ideal path to be followed, but as a way to broaden the discussion about the topic and, from the proposed discussions and the analytical-propositional methodology used, possibilities of acting in this direction that aim at the greater preservation of modern architectural works.

Keywords: *Modern Architecture, Intervention, Architectural Design Teaching.*



INTERVIR E PRESERVAR: Ampliação de edifícios modernos como experiência no ensino de projeto

Introdução

A preservação do patrimônio arquitetônico moderno no Brasil já é alvo de discussão há algum tempo. Apesar de muito já se ter produzido teoricamente sobre esse tema, em especial no âmbito acadêmico, o que se percebe é a necessidade, cada vez mais urgente, de se converter tal discussão em rebatimentos práticos. Se muito já se produziu de documentação, registros, publicações e análises acerca das obras modernas do país, ainda são incipientes medidas práticas que lidem diretamente com a preservação deste acervo a partir da intervenção, ou seja, em sua dimensão projetual. A grande quantidade de obras relevantes demolidas ou descaracterizadas que marcam qualquer discussão acerca da preservação da arquitetura moderna mostra que esse debate tem que passar, necessariamente, também pela questão da intervenção nestes edifícios, o que reforça a necessidade de se trazer a dimensão prática para o debate. As mudanças pelas quais essas edificações precisam passar, relativas a obsolescências de uso ou tecnologias, ou seja, à capacidade das edificações se mudarem de uso ao longo do tempo ou de explorarem e avançarem em aspectos tecnológicos (SCHNEIDER, TILL, 2005), tornam vital se pensar de que forma é possível atuar nesses edifícios sem descaracterizá-los.

Seja por necessárias atualizações funcionais ou técnicas, ou mesmo por abandono ou inviabilidade econômica, tais alterações têm sido cada vez mais frequentes e, em muitos casos, têm resultado em descaracterização ou demolição destes edifícios. (BRAGA; PERDIGÃO; CATTONY, 2018, p.3)

Assim, a fim de enfrentar a dimensão prática acerca da preservação da arquitetura moderna no Brasil, e entendendo que um dos principais lugares para se promover mudanças na prática projetual é na formação acadêmica, foi proposta uma experiência na disciplina de Projeto Arquitetônico 6, na Universidade Federal do Ceará, cujo tema trata de projetos de ampliações em significativos exemplares da arquitetura moderna em Fortaleza. Foram levantados alguns dos principais exemplares modernos da cidade e avaliada a situação do material disponível, bem como da suas possibilidades de ampliação – previstas ou não nos projetos originais, e variando entre crescimentos horizontais ou verticais –, resultando em uma lista de sete edifícios para serem trabalhados: a Residência Universitária da UFC (1966), do arquiteto Ivan Brito; o Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé (1969), do arquiteto Marrocos Aragão; o Palácio da Abolição (1970), do arquiteto Sérgio Bernardes; a antiga Sede do Banco do Estado do Ceará (1970), atual Agência Bradesco, do arquiteto Neudson Braga; a Sede da Diretoria Geral do DNOCS (1973), do arquiteto Marcílio Luna; a antiga Sede do Banco do Nordeste do Brasil (1978), atual Justiça Federal do Ceará, dos arquitetos Nelson Serra, José Alberto de Almeida, Antônio Carlos Campelo e Carlos Alberto Costa; e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1982), dos arquitetos Neudson Braga e Joaquim Aristides. Estes edifícios foram distribuídos entre os alunos, a fim de serem analisados tanto em suas características projetuais, como a partir dos contextos urbanos e



sociais em que foram construídos e seus estados atuais, de forma a gerar uma diversidade de propostas e enfrentamentos.

O objetivo desse artigo é, portanto, discorrer acerca da importância do reatamento prático e projetual das discussões acerca da preservação do patrimônio arquitetônico moderno no Brasil como forma a se obter resultados efetivos nos exemplares construídos, em especial no âmbito do ensino de projeto, objetivo este a ser implementado tendo como estudo de caso a experiência de aplicação em uma disciplina na Universidade Federal do Ceará. A estrutura do trabalho parte, inicialmente, desta questão central para, em seguida, problematizar esse tema no caso específico das ampliações dos edifícios modernos, tanto no que se refere à melhor apreensão destes através do estudo de suas características como ponto de partida para as novas proposições, como no que se refere à relação entre antigo e novo no caso da arquitetura moderna e sua proximidade temporal. Posteriormente, será apresentada a metodologia específica de atuação utilizada, a partir dos conceitos de Leupen (2006) acerca dos tipos de alterações pelas quais passa um edifício e da sua proposta de análise arquitetônica a partir de cinco camadas da edificação e da diferenciação entre o fixo e o espaço genérico como estratégia para se obter projetos mais flexíveis. Por último, a título de considerações finais, serão apresentados e analisados os resultados preliminares da experiência da disciplina, não como encerramento da discussão ou comprovação de um caminho ideal a ser seguido, mas como forma de ampliar a discussão sobre o tema e colocar, a partir das discussões propostas e da metodologia analítico-propositiva utilizada, possibilidades de atuação nesse sentido, que visem a maior preservação das obras modernas, mesmo após passarem por intervenções, seja em seus aspectos materiais ou imateriais.

Intervenção e preservação na arquitetura moderna

Especificidades da intervenção na arquitetura moderna

Considerando-se que uma das características mais comuns às edificações elevadas ao status de patrimônio é um certo distanciamento entre o momento atual e o período de sua construção, ou seja, considerando-se que é preciso que a obra adquira certa 'idade' para ganhar o valor patrimonial¹, e que este tempo é, justamente, o que leva à necessidade de intervenções nos edifícios pelo seu envelhecimento, a discussão acerca da preservação do patrimônio arquitetônico na atualidade não pode deixar de tocar no que se refere ao tema da intervenção.

A passagem do tempo pode ocasionar uma série de obsolescências no edifício, sejam de ordem técnica ou de uso. Tais obsolescências podem, inclusive, servir de mote para as intervenções, uma vez que possibilita evidenciar de forma mais clara a diferença entre o original e o construído.

No caso específico da arquitetura moderna brasileira, o distanciamento entre a construção das primeiras obras e o momento atual já é suficiente para que uma série de atualizações e mudanças se tornem necessárias, mas, por outro lado, um conjunto de fatores tornam-se mais difíceis de serem evidenciados enquanto diferença do original e do novo.

¹ Há exceções emblemáticas a esta regra na arquitetura moderna, como a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, Belo Horizonte, de Oscar Niemeyer, construída em 1943 e tombada pelo IPHAN em 1947.



Não acreditamos que a conservação da arquitetura moderna deva ser diferente da conservação de obras de um passado mais distante, nem que devemos criar toda uma nova teoria da conservação para lidar com ela. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que sua conservação apresenta novos desafios que merecem uma reflexão mais cuidadosa. (MOREIRA, 2011, p. 159)

Essa proximidade temporal gera uma série de tensões que podem tornar mais complexo esse esforço de diferenciação, das quais, aqui, se destacam três: a semelhança de técnicas e materiais construtivos na atualidade em relação à época da construção, fazendo com que, mesmo quando não for possível utilizar a mesma técnica ou material do projeto original, estratégias similares podem ser incorporadas; o entendimento do valor patrimonial das obras não apenas do edifício em si, mas também nas estratégias projetuais adotadas, a partir da percepção da arquitetura moderna como um projeto concebido simultaneamente na teoria e na prática; e o fato de ser possível contar com vários dos autores dos projetos originais ainda vivos, possibilitando, em muitos casos, o acesso à informações, não só através de entrevistas com os mesmos, mas, também, através de desenhos técnicos e fotografias da época da construção (BRAGA; PERDIGÃO; CATTONY, 2018).

No tocante à questão material, esse aspecto pode facilitar o processo de conservação e reforma desses edifícios, uma vez que muitos dos materiais e das técnicas utilizados durante o século XX ainda estão disponíveis e continuam sendo amplamente aplicados. No entanto, em alguns casos, materiais específicos utilizados na época da construção das obras não são mais encontrados, como certos tipos de pastilhas e azulejos para revestimento. Muitos desses materiais eram produzidos industrialmente e tiveram sua produção interrompida anos, ou até meses, após sua utilização (MOREIRA, 2011). Quando isso acontece, esses materiais precisam ser substituídos por outros presentes no mercado, o que pode acarretar em algum nível de descaracterização da obra. Além disso, algumas soluções construtivas tornam-se de difícil replicabilidade, não só pela solução em si, muitas vezes experimental, mas pela própria diferença de contexto social, político e econômico entre a época da construção e o momento atual.

Porém, o fato de, muitas vezes, não ser possível repor os materiais originais ou replicar as técnicas construtivas destes edifícios abre a possibilidade de uma discussão mais ampla sobre o entendimento do valor patrimonial dessas obras para além da materialidade do edifício, considerando a ideia por trás do projeto, o que leva ao segundo aspecto levantado. Por mais que a autenticidade material do edifício seja importante, o valor das soluções está não apenas no material em si, mas, também, na forma com que eles foram empregados pelo arquiteto e a espacialidade produzida por meio de seu uso. É importante destacar que, com isso, não se busca justificar a substituição descuidada e indevida de materiais ou técnicas construtivas, mas, sim, perceber que o conceito de autenticidade e valor patrimonial no momento da intervenção pode ser ampliado para incluir os princípios e as intenções projetuais dos autores dos projetos, além de aspectos espaciais criados em determinada obra, como transparência e escala, temas tão trabalhados pelos arquitetos do período.

Nesse sentido, um dos pontos mais importantes é o reconhecimento do fato de que o valor patrimonial está não apenas na obra em si, mas também na ideia por trás do projeto, uma vez que a arquitetura moderna foi um projeto concebido simultaneamente na prática e na teoria. (BRAGA; PERDIGÃO; CATTONY, 2018, p.7)



Nesse sentido, investigando os princípios projetuais modernos e rebatendo-os frente ao problema do envelhecimento dos edifícios, um aspecto da arquitetura moderna que pode abrir uma série de possibilidades no momento da intervenção é o fato de que a flexibilidade dos espaços passou a ser um tema importante e consciente para os arquitetos. Em parte devido ao contexto de mudanças sociais e políticas da época, a questão da adaptabilidade do edifício às mudanças ao longo do tempo passou a fazer parte do projeto desde a sua concepção, o que permitiu a abertura da discussão sobre o assunto.

A flexibilidade de espaços foi adotada em projetos arquitetônicos modernos, pois espaços genéricos vinham ao encontro da crença da época em espaços universais como potencializadores de um comportamento universal. A aparente generalidade proposta, de espaços e de comportamentos, sempre fora questionada pela questão da especificidade cultural e histórica, que acarretaria em transformar usos, de sorte que o espaço de uma sala assume a função de dormitório, dividindo ambientes com mobiliários. As questões da racionalização, padronização e novas técnicas eram envolvidas no processo projetual e produtivo no início do século XX, tal qual a flexibilidade (...). (MACHADO, 2012, p. 57)

A flexibilidade foi um dos temas mais explorados pelos arquitetos modernos e está presente – de diferentes maneiras – em muitos dos projetos desse período. Assim, no momento da intervenção nos edifícios, esse princípio pode ser de grande valor, pois em vários casos os projetos originais já previam alterações ou ampliações, permitindo solucionar uma série de problemas ligados à necessidade de intervenção e abrindo diversas possibilidades de atuação. Vale destacar, no entanto, que isso se dá menos em sua dimensão material e mais no que se refere às soluções espaciais.

Por fim, é importante e de grande valor para esta discussão como característica específica das obras modernas em relação aos demais períodos o fato de muitos dos arquitetos que projetaram os edifícios modernos se encontrarem vivos e poderem contribuir para a conservação dessas obras no momento que intervenções se façam necessárias, pois “uma característica dos edifícios da Arquitetura Moderna é a existência de significativa documentação e de memoriais descritivos elaborados até mesmo pelos próprios autores” (SAINT, 1996, *apud* Silva, 2012). Se não diretamente através de participação no projeto de intervenção, indiretamente, uma vez que conhecem profundamente o projeto e suas premissas, as especificidades técnicas e as mudanças que ocorreram ao longo da construção dessas obras. Além disso, em muitos casos, mesmo o arquiteto não estando mais vivo, seus escritórios se mantêm ativos, e é possível encontrar um acervo de desenhos técnicos, documentos e registros da época do projeto e da construção, o que facilita a investigação desses edifícios não só no sentido material, mas também no seu aspecto conceitual.

Assim, entendendo as especificidades envolvidas na intervenção no patrimônio moderno e a relevância do tema, bem como considerando a predominância de estudos teóricos e históricos neste âmbito, torna-se bastante relevante trazer essa discussão para o âmbito da prática projetual, a fim de buscar repercussões mais diretas. Uma vez que é difícil pensar em mudanças práticas indo diretamente ao meio profissional, o ambiente acadêmico, em especial no ensino de projeto, coloca-se como um lugar adequado e propício para se inserir tal discussão e buscar uma mudança de postura. É nesse contexto que foi proposto como tema para a disciplina de Projeto Arquitetônico 6 da Universidade Federal do Ceará no semestre 2019.1 a intervenção em edifícios modernos significativos de Fortaleza.



Tipos de intervenção

Uma vez entendidas as questões que envolvem as especificidades da intervenção no patrimônio moderno, fez-se necessário entender quais tipos de intervenção podem ocorrer para definir um foco específico para o tema da disciplina. Assim, para chegar na decisão de se trabalhar com ampliação, e não apenas com intervenção direta na edificação original sem acréscimos de área construída, buscou-se, inicialmente, listar os tipos de alterações que estas obras costumam enfrentar.

Ao falar dos tipos de mudanças pelas quais um edifício passa em sua vida útil, Leupen (2006) define três formas em que isso pode ocorrer: através de alterações, ampliações ou polivalência². O primeiro se refere às alterações internas, desde uma mudança de porta à uma inteira reformulação de layout; o segundo é relativo aos aumentos na área original, seja com acréscimos horizontais ou verticais; e o terceiro diz respeito a mudanças de uso sem a necessidade de mudanças arquitetônicas ou estruturais (LEUPEN, 2006). A partir dessa classificação, optou-se por trabalhar na disciplina com a ampliação, ou seja, com a criação de uma nova construção conectada ao edifício existente, sem que, necessariamente, haja intervenções internas neste.

A definição deste tipo de intervenção mostrou-se interessante por lidar não apenas com a preservação e manutenção de aspectos materiais do edifício original, mas, também, com a identificação, a partir deste, das razões para se propor a ampliação e estabelecer o diálogo entre o novo e o antigo. Isto acabou de direcionar, ainda, o foco em uma das especificidades colocadas, uma vez que o surgimento de uma nova edificação levanta questões fundamentais acerca da especificidade da intervenção na obra moderna principalmente no que se refere aos princípios projetuais utilizados. Assim, dos três pontos levantados anteriormente como especificidades da intervenção na arquitetura moderna, este, que se refere mais diretamente aos aspectos intangíveis e conceituais da obra, talvez seja o mais relevante e de maior exploração neste caso. Isto não significa que os outros aspectos, relativos às questões materiais e técnicas e às possibilidades a partir da proximidade de alguns dos autores e das informações dos projetos originais, não sejam significativos e não tenham sido abordados nos trabalhos. Apenas foi considerado que, didaticamente, para o tipo de intervenção escolhido, focar nos princípios e decisões projetuais seria o que teria mais repercussões tanto no entendimento das obras como na aplicação nas novas edificações geradas a partir dos acréscimos construídos.

Os valores da arquitetura moderna, entretanto, residem não apenas em sua materialidade, mas sobretudo na forma como esses materiais são articulados na criação do espaço. Articulações mais dinâmicas entre cômodos e espaços, por meio de estratégias como transparência, *promenade architecturale* e multiplicidade de pontos de vistas, a interpenetração entre interior e exterior e relações mais sutis com a paisagem, entre outros, são intenções projetuais consideradas como valores centrais para a arquitetura moderna. (MOREIRA, 2011, p. 183)

O reconhecimento de tais especificidades se faz necessário para se compreender o próprio caráter de intervenção bem como quais aspectos inerentes àquele exemplar da arquitetura moderna devem ser preservados e quais estratégias podem ser usadas para que não haja ameaças ao valor patrimonial do edifício através de descaracterizações. Apesar de haver

² No original: *alterability*, *extendability* e *polyvalence* (Leupen, 2006).



princípios comuns entre os edifícios modernos, dada a diferença entre eles, é necessário ressaltar que cada projeto deve, contudo, apresentar suas próprias questões. Tendo isto em mente, é fundamental recorrer não apenas à materialidade do edifício, mas também às suas intenções projetuais e nuances de concepção que decorrem do trabalho dos arquitetos e da situação social, política e econômica em que foram edificadas.

A preservação da arquitetura moderna, portanto, requer uma mudança de foco para expressões menos tangíveis. Enquanto significância, historicamente, fundamentou-se da realidade física do edifício, a significância da arquitetura moderna gravita em torno do conceito: a intenção do projeto do arquiteto. A preservação de edifícios, estruturas ou sítios do período recente é muito mais do que, simplesmente, a preservação do material existente. Há, também, importância fundamental as ideias e a filosofia dos arquitetos, dos seus clientes e seus ocupante. (PRUDON, 2008 *apud* SILVA, 2012, p. 35)

Assim, a partir do entendimento das especificidades de se intervir no patrimônio moderno e caracterizados os tipos de intervenção possíveis, foi definido um tipo de intervenção – a ampliação – e um aspecto específico da intervenção em obras modernas como abordagem – a preservação de questões projetuais e não apenas materiais – para criar as bases sobre as quais montou-se a disciplina. A seguir será explicitada a abordagem metodológica proposta, tanto no que se refere ao arcabouço teórico quanto à escolha dos edifícios, seus critérios e diversidade de ampliações.

Metodologia de atuação

Tão importante quanto o tema em si dos projetos a serem desenvolvidos na disciplina foi o estabelecimento de uma metodologia clara de atuação, a fim de não limitar a experiência a este caso específico como possibilidade de se trabalhar o tema, abrindo margem para outras aplicações similares. Assim, foi preciso recorrer a uma abordagem que pudesse ser tanto analítica como propositiva, ou seja, que servisse tanto para a análise dos edifícios como para o desenvolvimento dos projetos. Voltando a Leupen (2006), utilizou-se sua proposta de se trabalhar a edificação a partir de cinco camadas: estrutura, pele, cenário, acessos e serviços³ (Figura 1). Além dessa proposta de entendimento da edificação, o autor também sugere que a flexibilidade de um edifício surge, justamente, a partir do que ele tem de permanente e imutável. Assim, propõe a diferença entre o que é fixo, e, portanto, deve permanecer, e o que é espaço genérico⁴, relativos às partes que podem ser mudadas.

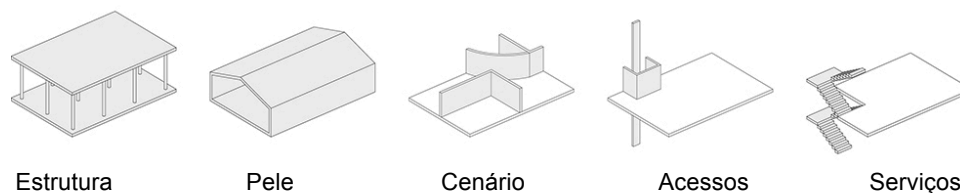


Figura 1: Esquema da metodologia das camadas de Leupen (2006).

Fonte: BRAGA, 2017.

³ No original: *structure, skin, scenery, access e services* (Leupen, 2006).

⁴ No original: *frame e generic space* (Leupen, 2006).



Esta metodologia mostrou-se adequada tanto pela sua capacidade de servir aos fins de análise e de proposta, dando uma visão parcial de aspectos específicos e fundamentais dos projetos, mas sem perder a noção do todo – uma vez que, como se constatou no decorrer dos trabalhos, muitas das camadas misturam-se nas soluções –, quanto por abordar a questão das diferenças entre elementos mais permanentes e mais mutáveis. Voltando aos espaços flexíveis citados anteriormente como característicos de grande parte da produção arquitetônica moderna, e considerando-se que o projeto em questão trata-se de uma intervenção, uma abordagem que já propõe esta leitura de hierarquização das permanências de um edifício mostra-se bastante útil na leitura do que se deve manter.

Definida esta abordagem metodológica, partiu-se para uma definição mais precisa dos objetos de estudo. Para elaboração dos projetos de ampliação, foram escolhidas sete edificações significativas da arquitetura moderna em Fortaleza. Foi decisivo como critério de escolha, além da relevância da obra na historiografia da arquitetura moderna local, que esta fosse institucional, tornando mais fácil a possibilidade de eventuais visitas de reconhecimento, e que fizesse parte do conjunto de obras modernas do acervo do LoCAU⁵, o que permitiria o acesso a mais informações para o desenvolvimento dos trabalhos, como dados gerais e modelagem digital dos edifícios. Estas obras, construídas entre o fim a década de 1960 e o início dos anos 1980, são de autoria de diversos arquitetos – nascidos ou não em Fortaleza e com formações em diferentes universidades brasileiras – e possuem diversas escalas e possibilidades de ampliação, ora vertical, ora horizontalmente, com distintos níveis de previsão de ampliação nos projetos originais. Tal diversidade possibilita uma grande variedade de resultados e, ainda, suscita diferentes questões e enfrentamentos. Isto faz com que as possibilidades de intervenção sejam mais amplas, pois, se as justificativas dos projetos de ampliação devem surgir dos originais, são muitas as variáveis de onde se pode buscar tais definições. A seguir, a fim de explicitar melhor os desafios do exercício da disciplina, os edifícios escolhidos serão apresentados brevemente, em ordem cronológica, considerando o autor, ano, uso e tipo de ampliação proposto (Figura 2).



Figura 2: Identificação dos edifícios e suas sugestões de ampliações.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de imagens do Google Earth, 2019.

⁵ LoCAU: Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização da UFC, laboratório coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva (<http://www.arquitetura.ufc.br/locau/>)



A Residência Universitária da UFC (1966), do arquiteto Ivan Brito, é o mais antigo dos edifícios abordados, e faz parte do conjunto de primeiros edifícios modernos da Universidade. O edifício conta com térreo mais três pavimentos – térreo em pilotis, um primeiro pavimento de serviços e convivência e outros dois andares de habitações –, mas o projeto original contemplava mais dois pavimentos habitacionais, que nunca foram construídos. A edificação não mudou seu uso desde a construção, o que talvez justifique que ela não tenha sofrido tantas alterações. A ampliação proposta para este edifício é de, até, dois pavimentos acima do existente.

O Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé (1969), do arquiteto Marrocos Aragão, é um edifício que, apesar de não possuir possibilidades de ampliação explícitas no projeto original, possui uma lógica de módulos muito clara do ponto de vista das possibilidades de crescimento, uma vez que é conformado por um conjunto de lajes cogumelo cujos módulos estão interligados por berços de acrílico translúcido, os quais permitem a penetração filtrada da luz solar durante o dia. Esse módulo compõe um amplo espaço coberto distribuído em dois níveis, um na cota mais alta, onde ficam os ambientes de menor porte – como serviços e venda de bilhetes –, distribuído em dois pavimentos, e um na cota mais baixa, onde fica o embarque e desembarque, e que possui um único pavimento. A ampliação foi sugerida para ser inserida horizontalmente nas porções nordeste e sudoeste do terreno.

O Palácio da Abolição (1970), do arquiteto Sérgio Bernardes, é uma obra que passou por algumas interferências ao longo do tempo, tendo sido tombada pelo governo estadual em 2004. O complexo é composto por quatro edifícios, sendo eles: o Palácio da Abolição, edifício original do conjunto, que fica implantado de forma transversal à longitude do terreno e possui subsolo, térreo e primeiro pavimento; o edifício anexo, distribuído em três pavimentos e que fica perpendicular ao Palácio e conectado a ele através de uma passarela; a capela, edifício de um único nível localizado na esquina nordeste do terreno; e o Mausoléu do Presidente Castelo Branco, também de um único nível e disposto em balanço sobre uma praça escavada que ocupa quase um quarto do terreno. Há espaço para uma ampliação disposta horizontalmente a partir do edifício anexo – o que havia sido previsto originalmente –, de forma a complementar sua ocupação no terreno.

A antiga Sede do Banco do Estado do Ceará (1970), atual Agência Bradesco, do arquiteto Neudson Braga, é projeto vencedor de um concurso da década anterior à sua construção e é popularmente conhecido como o “BEC dos Peixinhos” por ter um espelho d’água com peixes em um de seus acessos principais. O projeto original era composto por dois volumes bem demarcados, um horizontal composto por subsolo, térreo, mezanino, dois pavimentos de planta livre e um terraço, e uma torre vertical de dezesseis pavimentos-tipo que surgia sobre a base. Em sua construção, apenas o volume horizontal foi construído, juntamente com um dos pavimentos da torre idealizada. Assim, a ampliação prevista seria para dar continuidade a esse elemento vertical não construído.

A Sede da Diretoria Geral do DNOCS (1973), do arquiteto Marcílio Luna, é um edifício composto por uma lâmina longitudinal de térreo mais nove pavimentos, que conta com a forte presença de duas torres de acessos verticais e banheiros, além de dois volumes anexos nas porções norte e sul. Passou por algumas reformas ao longo dos anos, tendo sido as principais alterações a substituição de suas esquadrias originais e a modificação do desenho de uma das torres de circulação, ambas em decorrência de exigências técnicas. O terreno permite uma ampliação horizontal que se aproprie da porção norte do terreno, que atualmente é ocupada por uma área de estacionamento.



A antiga Sede do Banco do Nordeste do Brasil (1978), atual Justiça Federal do Ceará, dos arquitetos Nelson Serra, José Alberto de Almeida, Antônio Carlos Campelo e Carlos Alberto Costa é uma obra que, assim como o antigo BEC, também foi resultado de concurso de projeto e que também não teve a obra construída completamente em sua verticalidade. Também possui um sistema formal de base e torre, com a parte mais horizontal composta por dois subsolos, térreo, três pavimentos e um terraço. Já a torre possui dois pavimentos sobre o terraço e então começa a ser composta por conjuntos de três pavimentos intercalados por entresijos livres que servem de pavimento técnico, livrando um pouco da massa construída para a passagem de ventilação natural, conferindo leveza aos volumes e definindo uma transição entre os volumes de leitura vertical e horizontal. O projeto original possuía sete conjuntos destes, mas foram construídos apenas três. Sua proposta de ampliação se configura acima do edifício existente.

Por fim, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1982), dos arquitetos Neudson Braga e Joaquim Aristides, também conta no projeto original com previsão de ampliação. Dividido internamente em três blocos denominados A, B e C, intercalados por vazios internos de distintas escalas, apenas o bloco A conta com os dois pavimentos acima do nível térreo que a estrutura comporta, sendo possível crescer um pavimento nos blocos B e C a partir da estrutura existente. Além disso, a própria estruturação em blocos permite vislumbrar facilmente o crescimento horizontal do edifício no sentido leste, através de novas lâminas seguindo a distribuição atual das existentes, intercaladas pelos pátios propostos.

A partir, então, da análise dos edifícios segundo a metodologia proposta e verificando a situação atual dos mesmos, cada trabalho deveria propor uma ampliação – seguindo ou não a proposta inicial da área destinada à nova edificação – e definir seu uso. Assim, fez-se necessário pensar em diálogos não apenas concretos e materiais, mas também de conexões, fluxos e usos entre o edifício original e suas ampliações. Encorajou-se no exercício, ainda, a identificação e possível retirada de elementos inseridos posteriormente à construção das obras que fossem considerados prejudiciais à apreensão do edifício original.

Como é possível vislumbrar por essa breve descrição, a variedade de escalas e tipos de intervenções possíveis, bem como as próprias características projetuais específicas de cada edifício, abrem um grande leque que serve não apenas para diferenciar as propostas entre si, mas para ampliar o acervo projetual do estudantes, que passam a ter estes edifícios exemplares como referências. A inserção no processo de projeto de decisões significativas, como a definição exata da área ampliada e seu uso, dão autonomia aos alunos e conferem um grau propositivo e crítico a estas definições tão cruciais ao resultado final, levando, por exemplo, a projetos bem distintos no que se refere às áreas de ampliação previstas e aos programas a partir de um mesmo edifício. Estas e outras percepções já se tornam evidentes em alguns resultados preliminares, como será apresentado brevemente a seguir, a título de considerações finais do artigo.

Considerações finais

A partir das discussões levantadas neste artigo e dos resultados preliminares dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos, dois aspectos são importantes de se destacar nesta experiência. O primeiro é relativo à escolha por se trabalhar com ampliação e não apenas com intervenção sem acréscimos de área construída, e o segundo refere-se à metodologia adotada.



Sobre o primeiro aspecto, a necessidade de se propor uma nova edificação a partir do estudo da obra original tornou as análises mais cuidadosas e aprofundadas, principalmente no que se refere às estratégias projetuais utilizadas e a possibilidade destas serem interpretadas de outra forma. A variedade de propostas em termos de abordagem, ora apostando num maior contraste de forma a evidenciar a nova edificação, ora relacionando materialmente ou espacialmente, gerou interessantes resultados. Ao inserir no processo de projeto a análise de um edifício existente, entendendo o contexto em que este está inserido, para, a partir da desta leitura, chegar uma proposição, gera um processo rico de análise crítica e postura propositiva, reforçada pela necessidade de definir a área de ampliação e o programa a ser incorporado.

No caso da Residência Universitária, por exemplo, houve trabalhos que seguiram a sugestão da ampliação vertical, mas também, um trabalho que identificou outro terreno vizinho possível de servir para a nova edificação, evitando, assim, a interferência direta do anexo (Figura 3). No caso do antigo BEC, atual Bradesco, um trabalho propôs para a torre o uso residencial, completamente distinto do atual, mas que se justifica por ser um programa bastante válido para a sua localidade central, e outro trabalho intensificou o caráter atual propondo o Centro Cultural Bradesco, nos moldes de equipamentos culturais vinculados a instituições bancárias bastante emblemáticas presentes em várias cidades brasileiras, como o Centro Cultural BNB ou Centro Cultural Banco do Brasil. No caso do edifício do DNOCS, por outro lado, por ser constatado por todos os trabalhos a necessidade bem clara de um programa específico – um centro de documentação e acervo – os trabalhos partiram desta mesma premissa programática, apesar de concretizações bem distintas do ponto de vista espacial e material.



Residência Universitária, estado atual

Proposta 01

Proposta 02

Figura 3: Comparação de duas propostas de ampliação da Residência Universitária.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de imagens realizadas pelos alunos da disciplina, 2019.

Percepções e resultados tão distintos talvez não tivessem sido possíveis se o projeto se restringisse aos limites atuais dos edifícios. Isto não significa, no entanto, que, caso esta fosse a proposta, os resultados seriam menos interessantes, apenas os desafios e possibilidades seriam distintos. Como já foi dito, a inserção no processo de projeto de definições primordiais leva a um “um ensino de projeto que contemple a competência para construir problemas e não apenas resolvê-los.” (LASSANCE, 2015, p. 21).

A metodologia adotada também trouxe repercussões interessantes para os resultados até o momento, pois permitiu criar uma linguagem comum de análise e proposta. Ou seja, mesmo que os resultados e conclusões sejam bastante distintos entre si, o fato de todos os



trabalhos partirem de uma mesma base teórica permite dialogo entre as soluções e cria parâmetros bem mais claros de análise e de discussão a partir destes resultados, para além da mera opinião baseada em gosto pessoal. Esta postura, que alia teoria, crítica e prática, e aplica a um recorte específico de tema e até de formato de representação, se aproxima da ideia de agenda defendida por Lassance (2015), que, ao relatar uma experiência de ensino de projeto afirma:

A agenda assim estabelecida (...) nos permitia articular teoria, referências projetuais e modos de representação – assuntos hoje ainda insistentemente tratados em disciplinas diferentes que pouco ou nada dialogam entre si. (...) A agenda assim construída e praticada inculcava aos poucos um certo modo de pensar, recortando e restringindo o espaço de concepção e de possíveis no qual apenas certos aspectos, e não todos, passavam a ser estrategicamente considerados e privilegiados. (...) Dominando o 'idioma', os estudantes ganhavam uma surpreendente autonomia para tomarem decisões alinhadas com a agenda do ateliê e desenvolverem assim seus trabalhos sem dependerem tanto do contrato com os professores e de suas tradicionais 'instruções'. (LASSANCE, 2015, p. 23)

Nesse sentido, vale destacar, ainda, a importância de se trazer visões críticas a certas posturas da prática profissional atual para o ensino de projeto. Ao invés da variação de temas projetuais se restringir à tradicional alternância entre programas de variadas escalas, vale a reflexão de como estes podem tornar-se mais relevantes se partirem da discussão de temas importantes para as nossas cidades e nossa cultura arquitetônica, que passam a servir de mote para o ensino de projeto, como aconteceu, neste caso com o tema da preservação e intervenção da arquitetura moderna, que, sob o ponto de vista da mudança de postura futura, pode ser bastante efetivo ao aliar crítica e proposição.

Por fim, é importante perceber que a experiência já apresenta um significativo retorno positivo no que se refere à aproximação dos estudantes destas obras, muitas das quais eram desconhecidas para eles. Ter a oportunidade de conhecer melhor o panorama da arquitetura moderna em Fortaleza, visitar os edifícios e estudá-los a fundo para o desenvolvimento do projeto de ampliação, mostrou-se aprendizado de projeto tão significativo, enriquecedor e importante quanto o ato do desenvolvimento da proposta em si. Mais do que concentrar os esforços iniciais em especulações formais ou programáticas, os alunos debruçaram-se sobre as valiosas lições deixadas pelas obras e arquitetos estudados. Teoria, história e crítica postas a serviço de uma prática de projeto mais consciente e respeitosa com o patrimônio moderno.

Referências

BRAGA, B. M. **Flexibilidade e permanência**: os edifícios públicos modernos de Fortaleza. 2017. 153 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2017.

BRAGA, B. M.; OLIVEIRA, B. P.; CATTONY, L. M. Critérios de Intervenção no Patrimônio Moderno: preservação e flexibilidade. In: 7º Docomomo Brasil Norte/Nordeste, 2018, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus, 1996. Disponível em: <https://7docomomomanaus.weebly.com/uploads/7/0/0/2/70024539/crit%C3%89rios_de_interven%C3%87%C3%83o_no_patrim%C3%94nio_moderno.pdf>. Acesso em: 14 março. 2019.

LASSANCE, G. Um possível ensino de projeto. In: LASSANCE, Guilherme. **Rio Metropolitano**: Uma experiência pedagógica. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2015.

13º Seminário
do_co,mo,mo_
brasil

Salvador – BA
7 a 10 de outubro de 2019



LEUPEN, B. **Frame and generic space**: a study into the changeable dwelling proceeding from the permanent. Rotterdam: 010 Publishers, 2006.

MACHADO, A. T. **Flexibilidade espacial**: um princípio revisitado em empreendimentos imobiliários paulistanos. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012

MOREIRA, F. D. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. In: **Revista CPC**, n. 11, Nov. 2010/Abr. 2011. São Paulo, 2011, p. 152-187.

SCHNEIDER, T.; TILL, J. Flexible housing: opportunities and limits. **Architectural Research Quarterly**, Cambridge, v.9, n. 2, jun. 2005 a, p.157-166. Disponível em: <https://www.academia.edu/751324/Flexible_housing_opportunities_and_limits>. Acesso em: 02 set. 2016.

SILVA, P.M. **Conservar, uma questão de decisão**: o julgamento na conservação da arquitetura moderna. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.